



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

190

APELAÇÃO CÍVEL Nº 286357-6

APELANTE: PETRÔNIO FEITOSA DE LIMA

APELADO: ITAU UNIBANCO S/A

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE REVISÃO E ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DEPÓSITO CONSIGNATÓRIO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEB). POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO. MANUTENÇÃO DAS TAXAS CONTRATADAS.

- PRELIMINAR - SENTENÇA EXTRA PETITA. Rejeitada: A sentença foi proferida com base no art. 285-A do CPC, utilizando o juiz para sua fundamentação sentenças proferidas em casos análogos.

- PRELIMINAR - SENTENÇA CITRA PETITA. Rejeitada: A questão do *spread* bancário foi expressamente enfrentada na sentença.

- "As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes." (AgRg no REsp 1295860 RS 2011/0287194-5. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. DJ: 15/05/2012. Órgão Julgador: 4ª TURMA).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao apelo**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 19 de março de 2012.

DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 286357-6
APELANTE: PETRÔNIO FEITOSA DE LIMA
APELADO: ITAU UNIBANCO S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível em face da sentença proferida pelo Juiz *a quo*, nos autos da Ação Ordinária com pedido de Revisão e Anulação de Cláusulas Contratuais, Repetição de Indébito e Depósito Consignatório, que indeferiu a petição inicial, extinguindo o feito sem resolução meritória, com base nos art. 267, I e 295, I, § único, I, do CPC. Por fim, julgou inepto o pleito em relação à TEB e TAC, indeferindo o pedido da inicial, mantendo na íntegra o contrato, para extinguir o feito com resolução de mérito, com fulcro no art. 285-A, do CPC.

O autor interpôs recurso de apelação, suscitando que a sentença foi *extra petita*, pois teria ultrapassado os limites da natureza pedida, contrariando o disposto no art. 460 do CPC, bem como *citra petita*, por não ter apreciado o pedido de limitação do spread bancário.

Sustenta o apelante que a decisão atacada não fundamentou a apreciação das taxas de TEB e TAC, contrariando o art. 165 do CPC, bem como não se manifestou sobre a TR (taxa de retorno).

Requer o apelante que seja anulada a sentença recorrida, determinando o prosseguimento do feito originário, por se tratar de qualquer tentativa de limitação de juros ou limitação de Spread Bancário, e sim de expurgo do percentual de inadimplência e outras taxas abusivas, obrigando à parte adversa, inclusive, a demonstração dos índices que compõe o Spread Bancário.

Subsidiariamente, requer que seja dado provimento ao recurso, determinando o prosseguimento do feito na instância originária.

Às fls. 153/168, o apelado apresentou sua contestação.

É o relatório. À Doutra Revisão.

Recife, 21 de novembro de 2012.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

191

APELAÇÃO CÍVEL Nº 286357-6
APELANTE: PETRÔNIO FEITOSA DE LIMA
APELADO: ITAU UNIBANCO S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO

Antes de analisar o mérito recursal, passo a apreciar as preliminares suscitadas:

1. SENTENÇA EXTRA PETITA

Alega o apelante que a sentença foi *extra petita*, contrariando o disposto no art. 460 do CPC.

Contudo, verifica-se dos autos que a decisão recorrida foi proferida com base no art. 285-A¹, do CPC, tendo em vista que a matéria debatida é exclusivamente de direito e o juízo singular proferiu a sentença de improcedência em caso análogo, atendendo aos requisitos formais exigidos pela lei processual, quais sejam, a transcrição ou, ao menos, a indicação do número do processo onde foi proferida a sentença anterior, para que se possa auferir a identidade dos casos julgados pelo Juízo.

Dessa forma, **rejeito a preliminar**, já que o *decisum* foi baseado em sentenças proferidas em casos análogos.

2. SENTENÇA CITRA PETITA

No caso, insurge-se o apelante em face da sentença, afirmando ser *citra petita* em razão de não ter apreciado o pedido de limitação do spread bancário.

Todavia, observa-se dos autos que o juiz *a quo* analisou o ponto suscitado, haja vista a utilização de decisão que, expressamente, referiu-se

¹ Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

193

APELAÇÃO CÍVEL Nº 286357-6
APELANTE: PETRÔNIO FEITOSA DE LIMA
APELADO: ITAU UNIBANCO S/A
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

3. MÉRITO

O apelante celebrou com o Banco apelado contrato de empréstimo pessoal no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser pago em 18 (dezoito) parcelas mensais de R\$ 3.818,22 (três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos).

Procedendo-se à análise do cerne da questão, observa-se que o apelante busca a revisão do aludido contrato de empréstimo, mas não aponta especificamente quais as cláusulas que se apresentam abusivas, impugnando de forma genérica o acordo firmado, alegando que tal contrato se tornou excessivamente oneroso.

No tocante à capitalização mensal de juros, já é assente na Corte superior a admissibilidade dos juros capitalizados mensalmente, desde que o contrato bancário tenha sido celebrado após a MP 1.963-17/2000 e que tal cobrança tenha sido expressamente pactuada.

Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. ACOLHIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDÊNCIA DE ÓBICES PROCESSUAIS. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. JULGAMENTO EXTRA PETITA. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. TAXA MÉDIA DE MERCADO. PRECEDENTES. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. **CAPITALIZAÇÃO DE JUROS**. PERIODICIDADE. COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL DE GARANTIA. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO LEASING. COMPENSAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. ENUNCIADOS 5, 7, 281, 293 DA SÚMULA DO STJ. 1. "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas" (Enunciado 381 da Súmula do STJ). 2. Ausente no contrato o percentual dos juros remuneratórios, circunstância fática e contratual alheia à instância especial, a jurisprudência do STJ firmou seu posicionamento no sentido de que prevalece a taxa média de mercado (2ª Seção, REsp 1.112.880/PR, Rel.Ministra Nancy Andrighi, DJe de 19.5.2010). **3. A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

194,

31/3/2000, e desde que expressamente pactuada.(...)(EDcl no AgRg no REsp 681.439/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 15/08/2012)

CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSIÇÕES ANALISADAS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO AFASTADA. **CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA.** DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. PRESSUPOSTO NÃO EVIDENCIADO. JUROS MORATÓRIOS. MULTA CONTRATUAL. LICITUDE DA COBRANÇA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO E COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.(...) 3. Não cabe ao Tribunal de origem revisar de ofício cláusulas contratuais tidas por abusivas em face do Código de Defesa do Consumidor. 4. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado. **5. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP n. 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o n. 2.170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros, desde que expressamente prevista no ajuste.**(...)11. Agravo regimental provido. (AgRg no Ag 1028568/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2010, DJe 10/05/2010).

Não há o que se falar em limitação do spread bancário, porquanto inexistente disposição legal que impeça ou limite o percentual de lucro esperado pelas instituições financeiras em suas operações. Ademais, a matéria atinente ao spread bancário está indissociavelmente ligada à taxa de juros praticada pelo banco.

Destarte, assim como expressou o togado singular, filio-me ao entendimento firmado pelo STJ, inclusive por não vislumbrar nos autos que a suposta cobrança dessas taxas represente vantagem excessiva da instituição financeira, não há que se falar em abusividade.

Vale ainda ressaltar que o apelante, ao contratar o financiamento com o Banco apelado, tomou conhecimento do quanto pagaria pelo empréstimo, bem como do valor fixo das prestações e, como é cediço, a incidência de juros acima do limite de 12% (doze por cento) ao ano não implica, por si só, a existência de abuso nas cláusulas contratuais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

195-

Neste ponto, convém lembrar a Súmula 382, do STJ, com o seguinte teor: "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica a abusividade."

O recorrente faz menção ainda à cobrança da Taxa Abertura de Crédito (TAC) e da Taxa de Emissão de Boleto (TEB), afirmando ser ilegal tal prática nos contratos bancários.

Sobre a matéria já se posicionou o STJ no sentido de que é possível a cobrança das referidas taxas, desde que previstas no contrato, conforme demonstram os julgados da Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOBANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO COM BASE NO DECRETO 22.626/33. ABUSIVIDADE. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 382/STJ. **TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). POSSIBILIDADE. COBRANÇA.** 1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33, conforme disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade do percentual pactuado deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos. Inteligência da Súmula 382/STJ. 2. **As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas**, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1295860 RS 2011/0287194-5. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. DJ: 15/05/2012. Órgão Julgador: 4ª TURMA)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. **TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO.** 1.- Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, "em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

196

Neste ponto, convém lembrar a Súmula 382, do STJ, com o seguinte teor: "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica a abusividade."

O recorrente faz menção ainda à cobrança da Taxa Abertura de Crédito (TAC) e da Taxa de Emissão de Boleto (TEB), afirmando ser ilegal tal prática nos contratos bancários.

Sobre a matéria já se posicionou o STJ no sentido de que é possível a cobrança das referidas taxas, desde que previstas no contrato, conforme demonstram os julgados da Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOBANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO COM BASE NO DECRETO 22.626/33. ABUSIVIDADE. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 382/STJ. **TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). POSSIBILIDADE. COBRANÇA.** 1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas Instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33, conforme disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade do percentual pactuado deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos. Inteligência da Súmula 382/STJ. 2. **As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes.**

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1295860 RS 2011/0287194-5. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. DJ: 15/05/2012. Órgão Julgador: 4ª TURMA)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. **TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO.** 1.- Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, "em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

197

objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança " (AgRg no REsp 1.003.911/RS, Rel. Min. JOAO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 11.2.2010).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. DISPOSIÇÕES ANALISADAS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS. ABERTURA DE CRÉDITO. EMISSÃO DE CARNÊ.

DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL. INEXISTENTE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LICITUDE DA COBRANÇA. CUMULAÇÃO VEDADA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. **1. Não cabe ao Tribunal de origem revisar de ofício cláusulas contratuais tidas por abusivas em face do Código de Defesa do Consumidor. 2. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário e a vedação à cobrança das taxas denominadas TAC e TEC dependem da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado e da comprovação do desequilíbrio contratual. 3. É admitida a cobrança da comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Bacen, limitada à taxa do contrato, não podendo ser cumulada com a correção monetária, com os juros remuneratórios e moratórios, nem com a multa contratual. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1061477/RS, Rel. Ministro JOAO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 01/07/2010).**

No tocante à alegação de existência de taxa de retorno no contrato firmado entre as partes, sabe-se que esta corresponde à comissão do vendedor, paga pela instituição financeira em decorrência do agenciamento do empréstimo, repassada ao consumidor e embutida no preço do veículo ou diluída nas parcelas do financiamento. Verifica-se, contudo, que a referida taxa não está prevista no contrato, impondo-se a rejeição das pretensões do apelante.

Com tais considerações, **nego provimento** ao apelo, ratificando a decisão proferida no primeiro grau.

É como voto.

Recife, ¹a de março de 2012.

DES. FERNANDO MARTINS

RELATOR



198-

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

Apelação Cível nº 0286357-6
Relator Des. Fernando Martins

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de apelação interposta por Petrônio Feitosa de Lima contra sentença que julgou improcedente seu pedido revisional de contrato bancário realizado com o Banco Itaú S/A.

O magistrado sentenciante, atestando que no juízo já haviam sido proferidas decisões de total improcedência em outros casos idênticos, julgou o feito na forma do art. 285-A do CPC.

O caso trata de supostos encargos abusivos cobrados por instituição financeira em contrato de financiamento de veículo.

Preliminar de nulidade da sentença – extra petita

Rejeito a preliminar, pois a sentença proferida com base no art. 285-A. O dispositivo em comento foi corretamente utilizado, visto que observados todos os seus requisitos, quais sejam, a matéria controvertida é exclusivamente de direito; no juízo já houve sentença de total improcedência em casos idênticos e foi acostada a reprodução dos paradigmas.

Preliminar de nulidade da sentença – citra petita

Rejeito a preliminar visto que o tema referente ao “spread bancário” encontra-se inserido no bojo das decisões paradigmas que fundamentaram o decreto de improcedência.

Mérito

Analizando o recurso nos termos em que proposto, entendo não assistir razão ao recorrente. A matéria já se encontra sedimentado nesta Corte e nos Tribunais Superiores. Assim, o STJ, através do julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.061.530-RS, abordou diversos aspectos do tipo de contratação discutida nestes autos, chegando ao entendimento de que:

“JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições

[Assinatura]



199~

Tribunal de Justiça de Pernambuco

6ª Câmara Cível

Gabinete do Des. Patriota Malta

financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês.

ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção.

ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO É vedado aos juízes de primeiro e segundo grau de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. Vencidos quanto a esta matéria a Min. Relatora e o Min. Luis Felipe Salomão."

Assim sendo, sem necessidade de maiores desdobramentos, meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso de apelação.

É COMO VOTO.

Rec 001/19/03/2013
Patriota Malta